

Construindo olhares e práticas não medicalizantes em educação e saúde no município de Vitória-ES**Building non medicalizing look and practices in education and health in Victoria-ES**

DOI:10.34117/bjdv5n10-311

Recebimento dos originais: 10/09/2019

Aceitação para publicação: 24/10/2019

Elizabete Bassani

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Centro de Educação, Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educativas. Campus de Goiabeiras. Vitória, Espírito Santo - Brasil

E-mail: betebassani23@gmail.com

Jair Ronchi Filho

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Centro de Educação, Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educativas. Campus de Goiabeiras. Vitória, Espírito Santo - Brasil

E-mail: jarofi310562@gmail.com

Simone Cardoso Lisboa Pereira

Doutora em Microbiologia pela Universidade Federal de Viçosa

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Endereço: Av. Professor Alfredo Balena, 190, Escola de Enfermagem, Departamentod e Nutrição. Bairro Santa Efigênia, CEP: 30130-100. Belo Horizonte, Minas Gerais- Brasil

E-mail: simoneclpereira@gmail.com

RESUMO

Estudos revelam uma grande procura por atendimento médico para alunos de escolas públicas, em Unidades de Saúde de várias regiões brasileiras. Essas crianças e adolescentes, muitas vezes, são encaminhadas devido à queixa no âmbito escolar, especialmente por problemas de aprendizagem e comportamentais, e passam a fazer parte da Educação Especial. A resposta dominante, dos profissionais desses serviços de saúde, é uma prática que vem se generalizando: o diagnóstico de diversos transtornos e indicação de medicação, na grande maioria dos casos, em que o Metilfenidato é o mais prescrito. O Brasil é o segundo mercado consumidor mundial dessa substância, sendo a região Sudeste a que apresenta o maior número absoluto desse consumo. Os dados da cidade de Vitória são preocupantes, pois é a terceira capital brasileira com grande consumo desse medicamento. Diante desses dados, desenvolvemos um projeto de extensão, que teve início em 2016, com o objetivo de promover estudos e formação de professores de escolas públicas localizadas na região da Grande Vitória, assim como de profissionais de saúde e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e de outras instituições de ensino. Entre as

atividades desenvolvidas, realizamos encontros quinzenais de estudos tendo como tema a Medicalização da Educação. Além de estudo, são exibidos filmes e realizada análise de casos e situações vivenciadas pelos participantes. Organizamos palestras, congressos, seminários, encontros, cursos de atualização e realizamos convênios com entidades e grupos locais e nacionais. Participamos de reuniões com equipes de secretarias estaduais e municipais e com o corpo técnico de escolas públicas. Temos hoje uma ampla procura, para nosso grupo de estudos, de um público heterogêneo composto de alunos de graduação da Ufes e de outras instituições de ensino superior, professores de escolas públicas municipais e estaduais do Espírito Santo e de profissionais da área de saúde. Após alguns meses, de funcionamento do grupo, começamos a ser convidados para encontros, palestras, mesas e seminários no Espírito Santo e em outros Estados. Esses convites tiveram como demanda a formação de professores e de profissionais da área de saúde, a partir da realização de discussões sobre a Medicalização, principalmente no âmbito da Educação Especial.

Palavras-chave: Práticas Desmedicalizantes, Medicalização da Educação, Formação Profissional.

ABSTRACT

Studies reveal a great demand for medical care for students of public schools, in Health Units of various Brazilian regions. These children and adolescents are often referred because of complaints at school, especially for learning and behavioral problems, and become part of Special Education. The dominant response of health service professionals is a widespread practice: diagnosis of various disorders and indication of medication, in the vast majority of cases, where methylphenidate is the most prescribed. Brazil is the second world consumer market for this substance, and the Southeast region has the highest absolute number of this consumption. The data from the city of Vitória are worrying, as it is the third Brazilian capital with high consumption of this medicine. Given these data, we developed an extension project, which began in 2016, with the objective of promoting studies and training of teachers of public schools located in the Greater Vitória region, as well as health professionals and students of undergraduate and postgraduate courses. Graduate from the Federal University of Espírito Santo (Ufes) and other educational institutions. Among the activities developed, we hold biweekly meetings of studies with the theme Medicalization of Education. In addition to studying, films are screened and analysis of cases and situations experienced by participants is performed. We organize lectures, congresses, seminars, meetings, refresher courses and make agreements with local and national entities and groups. We participated in meetings with teams of state and municipal departments and with the staff of public schools. We have today a wide demand for our study group, a heterogeneous audience composed of undergraduate students from Ufes and other higher education institutions, teachers of state and municipal public schools of Espírito Santo and health professionals. After a few months of operating the group, we began to be invited to meetings, lectures, tables and seminars in Espírito Santo and other states. These invitations had as demand the formation of teachers and health professionals, from the discussions about Medicalization, especially in the scope of Special Education.

Keywords: Demedicalizing Practices, Medicalization of Education, Professional Training.

1 INTRODUÇÃO

A partir dos estudos de alguns autores como: Silvaes (1989), Santos (1990), Barbosa e Silvaes (1994), Souza (1996 e 2000), se constata que vem aumentando a demanda para atendimento médico de alunos da educação básica pública brasileira, em Unidades de Saúde. Muitos desses alunos, crianças e adolescentes, são encaminhados por problemas levantados no contexto escolar, com destaque para os de aprendizagem e comportamentais. Assim, em decorrência das concepções utilizadas pelos profissionais que realizam o atendimento dessas crianças e adolescentes, ocorre um processo de culpabilização dos mesmos, pela via da patologização dos problemas escolares que se configurou ao longo de nossa história como uma insistente desconsideração das múltiplas determinações do contexto da aprendizagem. Ocorre também uma culpabilização das relações familiares, tendendo ainda para uma medicalização do problema, transformando questões complexas, muitas vezes sociais e políticas, em problemas médicos, exclusivos do indivíduo e de sua biologia.

Ademais, revela-se nesse contexto uma prática que vem se generalizando nesses serviços de saúde: o diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Transtorno de Oposição Desafiadora (TOD), Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre outros, em crianças e em adolescentes, sendo medicados na grande maioria dos casos pela prescrição do Metilfenidato, comercializado no Brasil com os nomes de Ritalina e Concerta.

Segundo a Anvisa (2013), apesar de “as evidências sobre a eficácia e segurança do tratamento com o metilfenidato em crianças e adolescentes, em geral, têm baixa qualidade metodológica, curto período de seguimento e pouca capacidade de generalização” (BRATS, 2014:9), o consumo dessas substâncias cresce a cada ano. O Brasil está em segundo lugar no mundo no consumo do Metilfenidato, sendo a região Sudeste a que apresenta o maior número absoluto desse consumo. Destacamos os dados da cidade de Vitória, cenário deste trabalho, por serem preocupantes, pois se considerarmos a venda por Unidades Físicas Distribuídas (UFD) a cada 1.000 habitantes, nossa capital fica em terceiro lugar no ranking no Brasil, atrás somente de Porto Alegre e Goiânia. Esse ranking considerou dados de 2008 a 2013 e os dados de Vitória variaram de 1,6 (2009) a 16,1(2012) UFD/1.000 Hab.

A partir desses dados e do aumento de encaminhamentos de alunos da rede pública do município de Vitória e de outros municípios vizinhos para serviços de saúde e com isso o crescente uso de medicamentos como a Ritalina e Concerta, consideramos de fundamental importância realizarmos estudos e discussões sobre o tema “Medicalização da Educação”. Por isso, desenvolvemos um projeto de extensão a partir do ano de 2016 que tem como objetivo

promover estudos e formação de professores de escolas públicas municipais e estaduais, localizadas na região da Grande Vitória, assim como de profissionais de saúde e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e de outras instituições de ensino que tenham interesse no tema Medicalização da Educação.

Fizemos a proposição desse projeto de extensão exatamente ao mesmo tempo em que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC) enviou aos sistemas de ensino o Ofício Circular nº 01/2016. Nesse ofício constam as Recomendações do Ministério da Saúde para adoção de práticas não medicalizantes e para a adoção de protocolos estaduais e municipais de dispensação do Metilfenidato, na perspectiva de prevenir e combater a medicalização de crianças e adolescentes. O MEC orienta as Secretarias de Educação para evitar que situações de natureza pedagógica e/ou social sejam confundidas com distúrbios, transtornos ou doenças.

Esta iniciativa se justifica face à preocupante constatação de que o Brasil é o segundo mercado consumidor mundial de metilfenidato, sendo que a venda deste medicamento aumentou em 775% na última década (ANVISA, 2013).

Diante dessa realidade, desenvolvemos um projeto de extensão que tem como principal objetivo contribuir com a formação de profissionais da área de saúde e de professores da educação superior e de educação básica de escolas públicas municipais e estaduais, do campo e da cidade, assim como de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da Ufes e de outras instituições de ensino superior que tenham interesse no tema Medicalização da Educação.

Delimitamos também outras ações como desdobramento do nosso objetivo geral, entre elas: 1) Criar espaços de formação profissional com o tema Medicalização da Educação; 2) Promover intercâmbios com outras instituições, com vistas à criação de projetos interinstitucionais e interdisciplinares; 3) Organizar simpósios, congressos, seminários, encontros, reuniões científicas, exibição de filmes, cursos de atualização e convênios com entidades e grupos nacionais e internacionais tendo como tema central a Medicalização da Educação; e 4) Propiciar aos alunos de graduação e pós-graduação da Ufes e de outras instituições de ensino superior, oportunidades de colaboração e acompanhamento do trabalho de formação de profissionais da área de educação e saúde por meio do ensino e do desenvolvimento de projetos de intervenção que tenham como tema central a Medicalização da Educação.

2 METODOLOGIA

Realizamos encontros quinzenais com duração de quatro horas, no Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Processos de Aprendizagem, Cognição e Interação Social (Niepacis), núcleo ao qual esse projeto está vinculado, com o propósito de realizar estudos tendo como tema central a Medicalização da Educação. Esses encontros são realizados com estudantes de graduação e pós-graduação e com profissionais interessados no tema. Nesses encontros, além do estudo de bibliografia específica, são exibidos filmes relacionados com o tema e a análise de estudos de casos e situações vivenciadas pelos participantes.

São ainda organizados simpósios, palestras, congressos, seminários, encontros, reuniões científicas, cursos de atualização e convênios com entidades e grupos locais e nacionais.

Participamos de reuniões com equipes de secretarias estaduais e municipais, assim como com o corpo técnico de escolas públicas com o propósito de analisar questões referentes à Medicalização da Educação no contexto institucional, a partir da demanda que é apresentada ao Niepacis.

A partir da demanda de órgãos públicos estaduais e municipais participamos da formação de profissionais da área da saúde e da educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando iniciamos o nosso projeto de extensão, tivemos uma ampla procura para nosso grupo de estudos de um público muito heterogêneo composto de alunos de graduação da Ufes e de outras instituições de ensino superior, professores de escolas públicas municipais e estaduais do Espírito Santo, profissionais da área de saúde, tais como: psicólogos, assistentes sociais e fonoaudiólogos de Unidades de Saúde do município de Vitória e alguns pais de alunos que haviam sido encaminhados para a Educação Especial com diagnóstico de TDAH e Dislexia.

Nesses encontros quinzenais de estudos de bibliografia referente ao tema Medicalização da Educação, realizamos rodas de conversa sobre a bibliografia proposta para leitura, assim como compartilhamos experiências.

Após alguns meses de funcionamento do grupo e divulgação de nosso projeto de extensão, começamos a ser convidados para encontros, palestras, mesas e seminários no município de Vitória e em outros municípios do Espírito Santo. Todos esses convites tinham

como demanda a formação de professores e de profissionais da área de saúde a partir da realização de discussões sobre a Medicalização, principalmente no âmbito da educação.

Durante os quase três anos de existência do projeto de extensão, já desenvolvemos inúmeras atividades a partir de demanda apresentada por integrantes do grupo de estudos ou por profissionais e estudantes de outras instituições. Entre elas destacaremos a seguir algumas ações desenvolvidas.

Diante dos estudos que vínhamos desenvolvendo no ano de 2016, surgiu uma demanda do grupo de estudos de organizar uma palestra que intitulamos “Aproximações entre Foucault e Marx”, que ocorreu em julho de 2016, no auditório do Centro de Educação da Ufes e teve um total de 100 participantes.

Recebemos o convite de compor uma mesa redonda intitulada “Medicalização do processo ensino-aprendizagem na educação especial: estratégias de enfrentamento”, no III Seminário de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Essa mesa aconteceu em dezembro de 2016, no município de Domingos Martins (Seminário organizado pela Secretaria Municipal de Educação de Domingos Martins). Esse convite ocorreu devido ao alto índice de estudantes da educação infantil e do ensino fundamental encaminhados para profissionais de saúde para diagnóstico devido à queixa escolar. Esse seminário teve como público aproximadamente 100 professores da educação especial do município.

Ainda como sugestão do grupo de estudos, organizamos um cineclube tendo como proposta a exibição e análise do documentário “Tarja Branca – a revolução que faltava”, que aborda a importância das brincadeiras nas vidas dos seres humanos, fazendo uma evidente crítica aos remédios conhecidos como “tarja preta”. Essa atividade foi desenvolvida em abril de 2017, no auditório do Centro de Educação da Ufes e contou com a presença de 60 participantes, predominantemente estudantes de graduação e pós-graduação do Centro de Educação, além dos integrantes do grupo de estudos.

Em maio de 2017 fomos convidados para ministrar uma palestra intitulada “Medicalização do processo ensino-aprendizagem: conceito e fundamentos teórico-epistemológicos”. Essa palestra foi realizada na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo como público estudantes de graduação e pós-graduação do curso de Nutrição da UFMG. Essa palestra teve desdobramentos interessantes, como a criação de um projeto interinstitucional entre o Grupo de Estudo, Pesquisa e Práticas em Educação, Alimentação e Nutrição (Gean) da referida universidade e o Niepacis.

Trata-se de um projeto para estudos de práticas não medicalizantes em ações de educação alimentar e nutricional, no contexto da alimentação coletiva, com ênfase nas seguintes áreas: alimentação escolar, alimentação subsidiada para populações em alta vulnerabilidade social e nutricional (restaurantes populares e banco de alimentos) e alimentação para fins especiais (Banco de Leite humano). Práticas essas de incentivo ao consumo de alimentos *in natura*, minimamente processados e regionais em detrimento aos alimentos ultraprocessados e aos suplementos, bem como o incentivo ao aleitamento materno em detrimento às fórmulas infantis, sem indicação clínica.

Ainda em maio de 2017, os coordenadores do Niepacis organizaram a mesa intitulada “Despatologizar a Vida: a escola como espaço pedagógico”, tendo como palestrantes as Professoras Doutoras Cecília Azevedo Lima Collares e Maria Aparecida Affonso Moysés. Essa mesa foi realizada no auditório do Centro de Ciências Exatas da Ufes e teve um público estimado de 200 participantes, composto principalmente por profissionais e estudantes das áreas de Educação e Saúde.

Após a realização dessa mesa, começamos a receber convites de inúmeras escolas de educação infantil e ensino fundamental do município de Vitória para realizarmos palestras e rodas de conversa com suas equipes pedagógicas e de professores, tendo como tema a Medicalização da Educação. Já estivemos em dez escolas da rede municipal e estamos com mais dois encontros agendados para o segundo semestre de 2019.

Uma de nossas ações que trouxe inúmeros desdobramentos que ocorreu a partir do convite de uma das participantes do grupo de estudos que é funcionária da Secretaria Municipal de Educação de Vitória (Seme), foi a realização de uma roda de conversa intitulada “Conversando sobre a medicalização do processo ensino-aprendizagem”, realizada em maio de 2018, no auditório da Secretaria Municipal de Educação de Vitória, com 40 funcionários que compõem as divisões de ensino. Nosso encontro produziu inúmeros questionamentos aos modelos tradicionais de atuação profissional em educação e a necessidade de construção coletiva de práticas alternativas às que historicamente se constituíram como hegemônicas. Enfatizamos, em nossa roda de conversa, que aquele coletivo poderia se propor a discutir formas de atuação na contramão da lógica medicalizante, que vem imperando nas escolas municipais de Vitória. Essa roda de conversa produziu um movimento de ampliar a discussão sobre a medicalização da educação para a formação continuada de todos os professores da rede municipal de Vitória, além da viabilização da formação de grupos de professores e outros profissionais buscando a constituição de práticas desmedicalizantes nas escolas do município,

principalmente voltado para os profissionais diretamente envolvidos com a Educação Especial. Essa mesma equipe da Seme também começou no ano de 2019 a realizar reuniões com o Grupo de Trabalho Intermunicipal (GTIM), com a participação de assistentes sociais, médicos, enfermeiros e psicólogos para dialogarem sobre os atendimentos dos alunos encaminhados pela Seme para as Unidades de Saúde. Essas reuniões têm o propósito de construção coletiva de práticas desmedicalizantes em educação e saúde no município de Vitória.

Também participamos frequentemente de eventos, como exemplo podemos citar nossa participação como palestrante na Mesa Redonda intitulada Educação, Patologização e Inclusão: Discussões Necessárias. Essa mesa aconteceu em junho de 2018, no auditório do Centro de Formação do Instituto Federal do Espírito Santo e fez parte de uma aula presencial do curso “Aprendizagem, (Des)Patologização e Inclusão”. Nossa participação teve como objetivo problematizar a função dos laudos na escola.

Oferecemos no segundo semestre de 2018 um curso de extensão intitulado “Medicalização da Educação e da Vida: Conceitos, Fundamentos Teóricos e Práticas Desmedicalizantes”. Esse curso teve a participação de 45 alunos e uma carga horária de 40 horas. Entre eles tivemos profissionais de serviços de saúde e educação de todos os municípios da Grande Vitória, assim como estudantes de graduação e pós-graduação da Ufes e de outras instituições de ensino superior da Grande Vitória. A oferta da segunda turma do curso já ocorreu e o curso está em andamento. Teve início em agosto de 2019 e término previsto para dezembro do mesmo ano, agora com carga horária total de 60 horas e conta com 50 alunos matriculados.

É importante ainda esclarecer que em todos os encontros, mesas, rodas de conversa e outras participações em eventos procuramos levar estudantes de graduação e pós-graduação do Centro de Educação da Ufes que participam de nosso grupo de estudos com o propósito de contribuir com suas formações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de nosso projeto de extensão ter como principal propósito a formação de profissionais da área de educação e saúde visando possibilitar a ruptura com práticas medicalizantes hegemônicas que se perpetuam ao longo de nossa história, sabemos que não podemos atribuir a esses profissionais a produção do processo de medicalização da educação e da vida. Mas também não podemos esquecer os ensinamentos de Adorno (1995) quando

afirma que “onde a educação política é levada a sério e não como simples obrigação inoportuna, ela provoca um bem maior do que normalmente se supõe” (p. 45).

Contudo, não podemos desconsiderar que precisamos lutar por políticas alicerçadas em compromissos tendo como prioridade a formação inicial e continuada dos profissionais dessas áreas, a valorização profissional em termos de salário e condições de trabalho e ainda, mais especificamente no âmbito escolar, buscarmos a autonomia administrativa das escolas, uma discussão sobre o número de alunos por sala, e a democratização de todas as políticas e práticas desenvolvidas no contexto da educação e saúde. Sem essas condições, a política continuará sendo produtora de fracasso escolar, agora com o agravante de ser também produtora da medicalização da Educação e da Saúde.

Por isso, em nosso projeto de extensão aqui descrito, buscamos desenvolver ações que problematizem práticas medicalizantes e busquem pensar os problemas educacionais como produção de um coletivo, consequência das condições sociais, das histórias vividas, das práticas pedagógicas, das relações que se constroem cotidianamente nas escolas, das políticas definidas para a carreira docente e outros inúmeros determinantes. Nossa aposta na formação de profissionais das áreas de educação e saúde é um compromisso com a contínua construção coletiva de estratégias de enfrentamento, com o propósito de fazer frente às concepções e práticas que medicalizam os processos de atendimento de crianças e jovens, tantos em instituições educacionais como nas de saúde.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANVISA. **Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde (BRATS)**. N° 23. Metilfenidato no tratamento de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, 2013.
- BARBOSA, J. I. C.; SILVARES, E. F. M. Uma caracterização preliminar das clínicas-escola de Fortaleza. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 3, p. 50-56, 1994.
- SANTOS, M. A. Caracterização da clientela de uma clínica psicológica da Prefeitura de São Paulo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 40, p. 79-94, 1990.
- SILVARES, E. **Descrição comportamental e sócio-econômica da população infantil de uma clínica-escola de psicologia de São Paulo**. Relatório Científico, 1989. [mimeografado].

Brazilian Journal of Development

SOUZA, M. P. R. de. **A queixa escolar e a formação do psicólogo.** Tese (doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia-USP, 1996.

SOUZA, M. P. R. de. Formação do psicólogo para atendimento a problemas de aprendizagem: desafios e perspectivas. **Estilos da Clínica**, v.5, n. 9, p. 134-154, 2000.